

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Econômico

O ano de 2017 foi marcado pela manutenção de um quadro de instabilidade política, porém, do ponto de vista econômico, o conturbado cenário político não impediu a retomada da atividade econômica em ritmo gradual com a volta do crescimento desde o 1º trimestre do ano. A baixa inflação foi outra marca do período, permitindo a redução da taxa Selic para sua mínima histórica.

Importantes avanços estruturais foram registrados em 2017, com destaque para a aprovação da reforma trabalhista, que traz adequações da lei às novas relações de trabalho e reduz a insegurança jurídica nas contratações, aspectos que favoreceram o aumento da formalização. Outro avanço foi a aprovação da taxa de longo prazo (TLP), que substituiu a TJP como indexador de contratos de empréstimos, com foco no BNDES.

Na economia, o PIB acumulou alta de 0,6% até o 3º trimestre, com perspectiva de fechamento do ano com expansão de 1,0%. Do lado da oferta, o destaque absoluto até o 3º trimestre foi o setor agropecuario, com crescimento acumulado de 14,5%, reflexo da superafira de grãos. O PIB industrial ainda acumulou recuo, de 0,9%, mas a abertura mostrou uma incipiente retomada da indústria de transformação (+0,3%), após um longo período de queda. A indústria extrativa apresentou forte desempenho (+5,9%), mas a construção civil continuou influenciando negativamente o resultado (-6,1%). O setor de serviços registrou queda até o 3º trimestre (-0,2%), mas reduzindo consistentemente as perdas. Do lado da demanda, o destaque positivo foi a volta do consumo das famílias, que cresceu 0,4% no acumulado dos três primeiros trimestres do ano. No entanto, o ritmo foi se intensificando, com a alta de 2,2% no 3º trimestre, na comparação com o 3T de 2016. Já os investimentos de formação bruta de capital fixo seguiram em baixa, de 3,6% no acumulado até o 3º trimestre, mas as perdas também têm sido reduzidas. Vale destacar que, em 2016, a formação bruta havia recuado 10,3% ante 2015. No setor externo, as quantidades exportadas e importadas cresceram ao longo de 2017, com variações acumuladas de 4,0% e 3,9% respectivamente.

A recuperação do consumo foi um dos aspectos fundamentais a sustentar a retomada da atividade em 2017. Alguns fatores favoreceram este movimento, como a liberação de recursos das contas inativas do FGT no 1º semestre, a queda mais intensa que o esperado da inflação e a continuidade da retomada do crédito para pessoas físicas, com redução das taxas de juros. Além disso, ao longo do ano foram surgindo sinais de estabilização do mercado de trabalho. Este panorama favoreceu a continuidade da elevação da confiança do consumidor durante o ano, com o índice elaborado pela FGV saindo de 73,1 pontos em dez/2016 para 86,4 pontos em dez/2017. Neste contexto, as vendas no varejo foram ganhando intensidade. Entre janeiro e novembro, o índice recedeu acumulou alta de 1,9% na comparação com o mesmo período de 2016, enquanto o índice ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, teve avanço de 3,7%. O ritmo foi sendo intensificado no 2º semestre, sendo que em novembro as variações anuais foram, respectivamente, de 5,9% (restrito) e 8,7% (ampliado). O mercado de trabalho começou uma lenta recuperação em 2017, em linha com o fato de ser o último indicador a responder aos ciclos econômicos. Após atingir um pico de 13,7% em março, a taxa de desemprego cedeu gradativamente nos meses seguintes, até alcançar 12,0% em novembro. No entanto, fatores sazonais ainda explicam boa parte da redução, de modo que a taxa de desemprego com ajuste sazonal recuou de um pico de 13,0% em janeiro para 12,7% em novembro. O número oculta um importante aumento da ocupação ocorrido entre dezembro/2016 e novembro/2017, no montante de 1,4 milhão de pessoas – em grande maioria ainda absorvidas por postos sem carteira assinada, como atividades por conta própria. Este aumento da ocupação, porém, foi compensado pela volta de pessoas à força de trabalho, resultando na elevação da PEA praticada na mesma magnitude. Por isso a pequena queda do desemprego. De todo modo, o aumento da ocupação foi uma notícia positiva em 2017.

A inflação foi outro destaque em 2017, com a desaceleração do IPCA de uma variação de 6,29% em 2016 para 2,95% no ano passado, abaixo do piso da meta. Embora parte relevante do movimento tenha sido causado pela surpreendente queda dos preços dos alimentos, é importante destacar também a desaceleração dos preços dos serviços, cuja alta passou de 6,5% para 4,5%. O choque positivo de alimentos e a ociosidade foram complementados pela condução responsável da política econômica, que proporcionou a reancoreamento das expectativas de inflação e a valorização dos ativos domésticos, incluindo o real. Neste contexto inflacionário benigno, o Banco Central pôde avançar no processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa Selic em todas as reuniões de 2017, até o encerramento do ano em 7,0%.

As contas externas seguiram amplamente confortáveis. O superávit comercial somou US\$ 67,1 bilhões em 2017, recorde histórico. Fato importante foi que o aumento do saldo ocorreu em meio ao crescimento tanto das exportações (+17,6%, para US\$ 217,8 bilhões) como das importações (+9,6%, para US\$ 150,7 bilhões). Ou seja, houve uma recuperação da corrente de comércio do Brasil, reflexo do cenário internacional positivo, da superafira de grãos e da retomada da demanda interna. Este saldo comercial elevado permitiu a continuidade da redução do déficit em transações correntes, para cerca de US\$ 10 bilhões, ou 0,5% do PIB. Este valor foi largamente superado pelos investimentos diretos no país, que ultrapassaram os US\$ 70 bilhões, reforçando o panorama favorável das contas externas brasileiras.

As contas públicas, por sua vez, seguiram como o principal fator de risco da economia brasileira. Houve melhora ao longo do ano, com uma incipiente recuperação das receitas em termos reais e a adoção de medidas de contingenciamento do lado das despesas. A reação da arrecadação tributária começou a ficar evidenciada no segundo semestre, com expectativa de fechamento do ano com ligeiro crescimento real de 1,0%. O déficit primário somou R\$ 78,2 bilhões no período entre janeiro e novembro, o que permite o encerramento do ano bem abaixo da meta de R\$ 159 bilhões. Caso confirmado o déficit primário pouco abaixo de 2,0% do PIB em 2017, será uma melhora importante ante o fechamento de 2016 (2,6% do PIB). O déficit nominal também manteve uma ligeira tendência de queda, favorecida pela gradual redução das despesas com juros, além da própria melhoria do primário. Nos 12 meses encerrados em novembro, o déficit nominal estava em 8,4% do PIB, abaixo do registrado no fechamento de 2016 (9,0% do PIB). A dívida bruta, por sua vez, manteve a trajetória de alta, alcançando 74,4% do PIB em novembro – de 69,9% no final de 2016.

Nos mercados, a despeito das turbulências políticas, os ativos brasileiros exibiram uma performance positiva em 2017. O otimismo crescente no exterior, que impulsionou o apetite ao risco e os ativos de países emergentes, somou-se à leitura favorável da economia doméstica, com recuperação da atividade e queda dos juros. Neste cenário, o Ibovespa fechou o ano com variação de 26,9%, rompendo o recorde histórico de 2008, aos 76.402 pontos. A taxa de câmbio sofreu variações expressivas em 2017. Os primeiros meses do ano foram de correção das altas verificadas com a eleição de Donald Trump nos EUA, em novembro, chegando à mínima do ano em R\$ 3,06/US\$ no mês de fevereiro. Ao longo do segundo semestre as pressões foram atenuadas, com alguma elevação novamente em dezembro com a aprovação da reforma tributária nos Estados Unidos e o adiamento da votação da reforma da previdência no Brasil, situações que levaram ao fechamento em R\$ 3,31/US\$. Vale destacar que a situação bastante positiva das contas externas brasileiras, o que inclui reservas internacionais superiores a US\$ 380 bilhões, ajudou a conter movimentos excessivos da taxa de câmbio.

No cenário internacional prevaleceu um ambiente positivo, diante da intensificação do crescimento nas principais regiões. Os Estados Unidos puxaram o otimismo, com importante aceleração da atividade em 2017, quando a alta do PIB deve ter alcançado 2,3% (de 1,5% em 2016). O forte desempenho do consumo, impulsionado pelo mercado de trabalho aquecido, passou a ser acompanhado pela retomada dos investimentos. Na Zona do Euro, o destaque ficou para a disseminação da recuperação econômica, culminando no maior crescimento da região desde 2007. O Japão exibiu maior expansão em quatro anos. Já a China superou, ao acelerar o ritmo para 6,9% em 2017, de 6,7% no ano anterior. Apesar da melhora sincronizada das economias, não houve um aumento significativo das pressões inflacionárias, o que permitiu aos bancos centrais a manutenção do gradualismo no ajuste monetário. O processo mais avançado de ajuste continuou nos Estados Unidos, onde o Federal Reserve promoveu três elevações adicionais da taxa de juros, que finalizou o ano entre 1,25% e 1,50%.

No entanto, o contexto externo também trouxe notícias menos favoráveis. O aumento das tensões geopolíticas foi um dos destaques, com as crescentes animosidades envolvendo a Coreia do Norte. As difíceis negociações do Brexit e a falta de acordo para a formação de governo de maioria na Alemanha também geraram preocupação. Por fim, a postura hostil do governo Trump tornou-se um fator contínuo de instabilidade.

Em suma, o ano de 2017 foi permeado por um ambiente econômico positivo, tanto no exterior como no Brasil. Riscos políticos estiveram no foco, principalmente no âmbito doméstico, mas não impediram o predomínio de um contexto de maior confiança, dada a percepção de consolidação da recuperação da economia brasileira, em meio a um quadro global favorável.

2. Bancoob

Fundado em 1996, o Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob é um banco múltiplo que integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Siccoob). Seu controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sistema. Atualmente compõem seu conglomerado as empresas Bancoob DTVM, Cabal Brasil, Ponta Administradora de Consórcios, Siccoob Seguradora e a fundação patrocinada Siccoob Previ. Especializado no atendimento às cooperativas do Siccoob e de sistemas parceiros, o Banco atua no sentido de agregar fatores de competitividade a essas instituições e com esse objetivo tem em seu portfólio soluções financeiras variadas, entre as quais: crédito, gestão de recursos de terceiros, cartões, consórcios, aquisição, previdência privada e seguros.

Em 2017 o Bancoob apresentou rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio do ano correspondente a 123,89% do CDI médio do período. O lucro líquido atingiu R\$ 174,6 milhões, representando um crescimento de 7% em relação a 2016.

Os depósitos totais alcançaram o valor de R\$ 30,9 bilhões, 20,19% superior a 2016. O saldo de poupança foi de R\$ 3,9 bilhões, com crescimento de 22,89%. As operações de crédito (incluindo os repasses interfinanceiros) apresentaram um aumento de 2,18%, totalizando R\$ 10 bilhões.

Crescendo de forma sólida, a Instituição teve seu *Rating* Nacional de Longo Prazo elevado para "AA" pela Fitch Ratings, refletindo a qualidade dos ativos, adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez. Da mesma forma, a classificação de risco do Bancoob na Riskbank foi elevada para "BR_LP2 – Baixo Risco para Longo Prazo". Direcionado pelo Planejamento Estratégico Siccoob, em 2017 o Bancoob iniciou as operações de seguros – Siccoob Seguradora de Vida e Previdência S/A – e incrementou o Programa de Recompra do Produto Cartão de Crédito Siccoobcard, dando condições ao cooperado de fazer seus pontos para investir na cooperativa aumentando sua participação no capital ou aderir ao plano de previdência Siccoob Previ. Lançou o Fundo Siccoob Referência DI, produto que traz mais uma alternativa de investimento aos cooperados, disponibilizando diretamente por meio dos canais digitais e o Fundo de Investimento Imobiliário para as cooperativas.

Pela primeira vez o Banco promoveu a Campanha Nacional de Vendas – CNV de abrangência sistêmica, que trouxe expressiva ampliação na comercialização dos produtos e significativo crescimento nas receitas de prestação de serviços. Essa nova condição de composição de seus receitas torna o Bancoob mais resiliente e robusto para os próximos anos.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2017 com ativos totais consolidados de R\$ 43,72 bilhões, aumento de 27,28% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM
Com montante de R\$ 26,18 bilhões em 2017, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), equivalente a 84,53% do total.

b. Operações de crédito e repasses interfinanceiros
A carteira de crédito e repasses interfinanceiros totalizou R\$ 10,04 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 2,18% em relação a 2016. Na composição total, destacam-se as linhas contratadas com recursos de Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, que apresentaram expansão de 197,80%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), atingiu o valor de R\$ 651 milhões, aumento de 28,21% em relação a 2016.

c. Operações de cartões
O segmento de emissão de cartões, que encerrou o exercício com 1,5 milhão de plásticos com limite implantado, registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 23,39 bilhões no período, um crescimento de 42% em relação ao ano anterior.

A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 19% dessa movimentação financeira.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Ativo	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
		<i>(Reapresentado)</i>		<i>(Reapresentado)</i>
Circulante	29.176.697	21.080.481	29.270.297	21.110.517
Disponibilidades (Nota 5)	12.142	9.458	12.167	9.832
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	14.120.051	9.266.901	14.120.051	9.266.901
Aplicações no mercado aberto	12.299.616	7.618.319	12.299.616	7.618.319
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.820.435	1.648.582	1.820.435	1.648.582
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.707.896	1.166.937	1.741.338	1.179.366
Carteira própria	1.380.699	861.344	1.414.141	873.773
Vinculados a compromissos de recompra	3.017	25.141	3.017	25.141
Vinculados à prestação de garantias	324.180	280.452	324.180	280.452
Relações Interfinanceiras (Nota 20 a)	9.657.000	7.862.400	9.686.524	7.882.400
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.264.791	1.990.129	3.264.791	1.990.129
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	1.228.829	485.742	1.228.829	485.742
Repasses interfinanceiros	5.173.503	5.409.657	5.173.503	5.409.657
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(8.195)	(3.200)	(8.195)	(3.200)
Relações com correspondentes	72	72	72	72
Operações de crédito (Nota 8)	945.877	852.514	945.877	852.514
Operações de crédito – Setor privado	958.630	867.768	958.630	867.768
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.753)	(15.254)	(12.753)	(15.254)
Outros créditos	2.694.815	1.869.489	2.724.799	1.886.244
Rendas a receber	12.611	23.184	22.270	27.152
Diversos (Nota 20 b)	2.696.985	1.846.305	2.717.310	1.859.992
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(14.781)	-	(14.781)	-
Outros valores e bens	38.916	32.782	39.541	33.260
Outros valores e bens	2.621	492	2.621	492
Despesas antecipadas	36.295	32.290	36.290	32.768
Não circulante	14.497.326	13.246.736	14.449.172	13.239.888
Realizável a longo prazo	-	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	-	5.006	-	5.006
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	5.006	-	5.006
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	10.321.655	9.533.649	10.322.451	9.563.595
Carteira própria	6.528.665	6.698.992	6.530.461	6.728.938
Vinculados a compromissos de recompra	612.153	138.803	612.153	138.803
Vinculados ao Banco Central	40.288	-	40.288	-
Vinculados à prestação de garantias	3.139.549	2.695.854	3.139.549	2.695.854
Relações Interfinanceiras	1.577.677	1.518.182	1.577.677	1.518.182
Repasses interfinanceiros	1.581.015	1.521.304	1.581.015	1.521.304
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	(3.338)	(3.122)	(3.338)	(3.122)
Operações de crédito (Nota 8)	2.348.389	2.045.876	2.348.389	2.045.876
Operações de crédito – Setor privado	2.370.458	2.060.765	2.370.458	2.060.765
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(22.069)	(14.889)	(22.069)	(14.889)
Outros créditos	65.056	17.116	65.756	17.817
Diversos (Nota 20 b)	65.087	27.607	65.787	28.308
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(31)	(10.491)	(31)	(10.491)
Investimentos	102.435	75.250	32.472	29.826
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	102.235	75.050	32.272	29.626
Outros investimentos	200	200	200	200
Imobilizado (Nota 11)	79.205	48.299	92.515	52.758
Imóveis de uso	75.592	55.914	75.592	55.914
Outras imobilizações de uso	31.031	15.469	51.312	25.161
(-) Depreciações acumuladas	(27.418)	(23.084)	(34.389)	(28.317)
Intangível (Nota 12)	2.909	3.358	9.912	6.828
Softwares	9.180	9.043	22.046	16.934
(-) Amortizações acumuladas	(6.271)	(5.685)	(12.134)	(10.106)
Total do ativo	43.674.023	34.327.217	43.719.469	34.350.405

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO			CONSOLIDADO		
	Exercícios			Exercícios		
	2º Semestre 2017	2017	2016	2017	2016	2016
Receitas da intermediação financeira	1.574.414	3.314.217	3.242.448	3.317.025	3.248.916	-
Operações de crédito (Nota 8 h)	470.363	957.408	964.576	957.408	964.576	-
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7 c)	1.085.731	2.325.161	2.258.025	2.327.969	2.264.493	-
Resultado das aplicações compulsórias	18.320	31.648	19.847	31.648	19.847	-
Despesas da intermediação financeira	(1.358.280)	(2.909.599)	(2.888.330)	(2.903.465)	(2.884.636)	-
Operações de captação no mercado (Nota 13 b)	(1.297.356)	(2.801.209)	(2.804.416)	(2.795.440)	(2.800.720)	-
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16 b)	(46.308)	(85.819)	(72.728)	(85.819)	(72.729)	-
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8 g)	(14.616)	(22.571)	(11.186)	(22.206)	(11.187)	-
Resultado bruto da intermediação financeira	216.134	404.618	354.118	413.560	364.280	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(82.173)	(89.889)	(56.812)	(77.430)	(53.778)	-
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 g)	459.543	722.154	425.199	853.975	492.467	-
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 g)	31	61	77	61	77	-
Despesas de pessoal (Nota 20 h)	(52.349)	(99.619)	(90.739)	(140.031)	(121.559)	-
Despesas administrativas (Nota 20 i)	(112.557)	(251.988)	(236.960)	(278.862)	(279.760)	-
Despesas tributárias	(77.820)	(133.741)	(87.585)	(152.620)	(99.167)	-
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	22.020	30.929	13.970	4.932	281	-
Outras receitas operacionais (Nota 20 j)	106.661	315.919	253.009	320.433	258.173	-
Outras despesas operacionais (Nota 20 k)	(427.702)	(673.604)	(337.783)	(685.318)	(304.470)	-
Resultado operacional	133.961	314.729	297.306	336.130	310.502	-
Resultado não operacional (Nota 20 l)	(911)	(879)	576	(879)	582	-
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	133.050	313.850	297.882	335.251	311.084	-
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(53.317)	(130.286)	(126.037)	(149.771)	(137.441)	-
Imposto de renda (Nota 9 d)	(50.255)	(94.410)	(70.510)	(107.214)	(77.333)	-
Contribuição social (Nota 9 d)	(42.555)	(77.988)	(58.230)	(84.697)	(62.858)	-
Crédito fiscal diferido (Nota 9 d)	39.293	42.112	2.703	42.140	2.750	-
Participação dos empregados no lucro (Nota 22 e)	(5.727)	(8.222)	(8.621)	(9.135)	(8.830)	-
Lucro líquido do semestre/exercício	74.161	174.642	163.224	176.345	164.813	-
Número de ações:	741.656.681	741.656.681	638.829.146	638.829.146	638.829.146	-
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$	99,99	235,48	255,50	273,80	258,46	-

As notas explic

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre	Exercícios		Exercícios	
	2017	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado	130.680	315.477	300.399	366.253	329.185
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	133.050	313.850	297.882	335.251	311.084
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.616	22.571	11.186	22.571	11.186
Depreciações e amortizações	3.151	5.416	4.253	8.594	6.046
Resultado de participação em controladas	(22.020)	(30.929)	(13.970)	(4.932)	(281)
Resultado ágio de participações em controladas	884	1.887	2.303	1.887	2.303
Juros pela venda do imobilizado	-	-	(2.917)	-	(2.917)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	999	2.682	1.662	2.882	1.764
Aumento (diminuição) das aplicações interfinanceiras de liquidez	449.291	405.389	(637.931)	405.389	(637.931)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(660.826)	(1.321.556)	(2.281.073)	(1.313.420)	(2.316.806)
Aumento das relações interfinanceiras e interdependentes	(8.460.208)	(8.494.008)	(247.639)	(8.523.525)	(247.639)
Aumento (diminuição) das operações de crédito	6.636.614	6.510.509	(597.891)	6.510.509	(597.891)
Aumento (diminuição) de outros créditos	1.880.570	1.239.028	(1.774.114)	1.225.831	(1.776.187)
Aumento de outros valores e bens	(1.834)	(6.134)	(6.058)	(6.281)	(6.533)
Aumento de depósitos	858.285	5.207.620	6.896.608	5.191.047	6.858.419
Aumento das obrigações por operações compromissadas	1.030.692	1.318.866	103.639	1.318.866	103.639
Aumento (diminuição) dos recursos e aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	(113.136)	153.832	149.199	153.832	149.199
Aumento das obrigações por empréstimo e repasses	606.467	667.003	324.817	667.003	324.817
Aumento (diminuição) de outras obrigações	(1.024.347)	(661.725)	1.372.148	(644.131)	1.422.614
Imposto de renda e contribuição social pagos	(64.689)	(84.689)	(60.605)	(84.689)	(70.140)
Varição nos resultados de exercícios futuros	44	10	(5)	10	(5)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	1.247.603	5.249.622	3.541.494	5.266.694	3.534.741
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos em participação societária	-	-	(16.000)	-	-
Recebimento de dividendos e de coligadas	-	1.858	1.042	-	-
Alienação de imobilizado de uso	-	22	170	39	172
Alienação de intangível	194	194	-	194	-
Aquisição de imobilizado	(34.455)	(35.333)	(720)	(45.936)	(5.995)
Aquisição de intangível	(234)	(757)	(2.002)	(5.733)	(4.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.495)	(34.016)	(17.510)	(51.436)	(10.387)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	40.000	195.063	270.347	195.063	270.347
Aquisição de ações própria emissão	(33)	(33)	-	(33)	-
Pagamento de dividendos	-	(154.418)	(113.765)	(154.418)	(113.765)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	39.967	40.612	156.582	40.612	156.582
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.253.075	5.256.218	3.680.566	5.255.870	3.680.936
Modificação na posição financeira					
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.253.075	5.256.218	3.680.566	5.255.870	3.680.936
No início do período	11.058.682	7.055.539	3.374.973	7.055.913	3.374.977
No final do período	12.311.757	12.311.757	7.055.539	12.311.783	7.055.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais, implantação do sistema de controles internos e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaamento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 8,32 bilhões e 8,35 bilhões, respectivamente, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 71,20% no balanço individual e 71,44% no balanço consolidado, do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; e iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, que aprovou estas demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa e repasses interfinanceiros

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito e repasses interfinanceiros vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8g.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto, e 20% a partir de setembro, conforme alteração da Lei nº 7.689/88, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• Causas judiciais - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• Obrigações legais - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos - CPC's

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

t. Representação das cifras comparativas

Em 19 de junho de 2017 o Bacen publicou a Carta Circular nº 3.828, com aplicação a partir dos documentos contábeis elaborados a partir da data-base de julho/2017, normalizando os registros contábeis de eventuais perdas prováveis, dos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento.

Em 1º de julho de 2017, para melhor adequação contábil, as operações de repasse de crédito rural foram reclassificadas para o grupo repasse interfinanceira.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Efeitos da rerepresentação:

	2016			2016		
	ORIGINAL	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINAL	AJUSTE	REAPRESENTADO
Ativo	21.080.481	-	21.080.481	21.110.517	-	21.110.517
Circulante						
Transações de Pagamento	-	1.989.813	1.989.813	-	1.989.813	1.989.813
Repasses interfinanceiros	-	5.409.657	5.409.657	-	5.409.657	5.409.657
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	-	(3.200)	(3.200)	-	(3.200)	(3.200)
Operações de crédito - Setor privado	6.277.425	(5.409.657)	867.768	6.277.425	(5.409.657)	867.768
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.454)	3.200	(15.254)	(18.454)	3.200	(15.254)
Diversos (Nota 21b)	3.836.118	(1.989.813)	1.846.305	3.848.905	(1.989.813)	1.859.092
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	10.985.392	-	10.985.392	11.002.641	-	11.002.641
Não Circulante	13.246.736	-	13.246.736	13.239.888	-	13.239.888
Repasses interfinanceiros	-	1.521.304	1.521.304	-	1.521.304	1.521.304
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	-	(3.122)	(3.122)	-	(3.122)	(3.122)
Operações de crédito - Setor privado	3.582.069	(1.521.304)	2.060.765	3.582.069	(1.521.304)	2.060.765
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.011)	3.122	(14.889)	(18.011)	3.122	(14.889)
Diversos (Nota 21b)	27.607	-	27.607	28.308	-	28.308
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(10.491)	-	(10.491)	(10.491)	-	(10.491)
Outros ativos não circulantes	9.665.562	-	9.665.562	9.658.013	-	9.658.013
Total do ativo	34.327.217	-	34.327.217	34.350.405	-	34.350.405
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	29.361.282	-	29.361.282	29.419.807	-	29.419.807
Transações de Pagamento	-	1.607.354	1.607.354	-	1.607.354	1.607.354
Diversas	3.158.077	(1.607.354)	1.550.723	3.212.738	(1.607.354)	1.605.384
Outros passivos circul						

BANCO	Valor contábil					Total 2017		Total 2016		Ganho (perda)	Ganho (perda)	
	Vencimento					Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado			
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses					Acima de 1 ano		
Total	38.977	20.295	202.601	131.632	979.624	6.529.665	7.898.356	7.902.794	4.438	7.465.498	7.461.241	(4.257)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	3.017	-	-	612.153	615.529	615.170	(359)	139.302	139.065	(237)
Total	-	-	3.017	-	-	612.153	615.529	615.170	(359)	139.302	139.065	(237)
Carteira vinculados ao Bacen												
LFT	-	-	-	-	-	40.288	40.301	40.288	(13)	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	40.288	40.301	40.288	(13)	-	-	-
Carteira vinculada a garantias												
LF	-	-	72.676	-	58.863	361.782	491.348	493.321	1.973	411.260	411.737	477
LFT	-	-	6.749	-	185.892	2.777.767	2.971.666	2.970.408	(1.258)	2.567.030	2.563.445	(3.585)
Total	-	-	79.425	-	244.755	3.139.549	3.463.014	3.463.729	715	2.978.290	2.975.182	(3.108)
II - Títulos para negociação												
Carteira para negociação	7.570	-	-	-	-	-	7.568	7.570	2	2.203	2.213	10
LF	2.437	-	-	-	-	-	2.434	2.437	3	2.203	2.213	10
LFT	5.133	-	-	-	-	-	5.134	5.133	(1)	-	-	-
Total	7.570	-	-	-	-	-	7.568	7.570	2	2.203	2.213	10
III - Títulos mantidos até o vencimento												
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.885	122.797	(88)
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.882	96.813	(69)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.882	96.813	(69)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.879	24.861	(18)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.879	24.861	(18)
Carteira vinculada a garantias												
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.124	1.123	(1)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.124	1.123	(1)
Total - TVM	46.547	20.295	285.043	131.632	1.224.379	10.321.655	12.024.768	12.029.551	4.783	10.708.178	10.700.498	(7.690)
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.707.896	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.321.655	9.533.649	-

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO	Valor contábil					Total 2017		Total 2016		Ganho (perda)	Ganho (perda)	
	Vencimento					Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado			
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses					Acima de 1 ano		
I - Títulos disponíveis para venda												
Carteira própria	45.820	20.404	285.440	157.725	1.224.379	10.322.451	12.051.438	12.056.219	4.781	10.583.090	10.617.863	34.773
LFT	-	-	133.292	26.093	517.256	5.524.123	6.201.073	6.200.764	(309)	5.600.781	5.615.898	15.117
CDB	-	-	-	-	-	796	796	796	-	-	5.644	5.644
Fundos	45.820	-	-	-	-	-	45.820	45.820	-	11.433	17.863	6.430
Debêntures	-	109	397	-	-	-	506	506	-	-	6.579	6.579
LF	-	20.295	69.309	131.632	462.368	1.005.542	1.684.399	1.689.146	4.747	1.853.284	1.857.632	4.348
Total	45.820	20.404	202.998	157.725	979.624	6.530.461	7.932.594	7.937.032	4.438	7.465.498	7.503.616	38.118
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	3.017	-	-	612.153	615.529	615.170	(359)	139.302	139.065	(237)
Total	-	-	3.017	-	-	612.153	615.529	615.170	(359)	139.302	139.065	(237)
Carteira vinculados ao Bacen												
LFT	-	-	-	-	-	40.288	40.301	40.288	(13)	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	40.288	40.301	40.288	(13)	-	-	-
Carteira vinculada a garantias												
LF	-	-	72.676	-	58.863	361.782	491.348	493.321	1.973	411.260	411.737	477
LFT	-	-	6.749	-	185.892	2.777.767	2.971.666	2.970.408	(1.258)	2.567.030	2.563.445	(3.585)
Total	-	-	79.425	-	244.755	3.139.549	3.463.014	3.463.729	715	2.978.290	2.975.182	(3.108)
II - Títulos para negociação												
Carteira para negociação	7.570	-	-	-	-	-	7.568	7.570	2	2.203	2.213	10
LF	2.437	-	-	-	-	-	2.434	2.437	3	2.203	2.213	10
LFT	5.133	-	-	-	-	-	5.134	5.133	(1)	-	-	-
Total	7.570	-	-	-	-	-	7.568	7.570	2	2.203	2.213	10
III - Títulos mantidos até o vencimento												
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.885	122.797	(88)
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.882	96.813	(69)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.882	96.813	(69)
Carteira vinculada à recompra												
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.879	24.861	(18)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.879	24.861	(18)
Carteira vinculada a garantias												
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.124	1.123	(1)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,124	1,123	(1)
Total - TVM	53.390	20.404	285.440	157.725	1.224.379	10.322.451	12.059.006	12.063.789	4.783	10.708.178	10.742.873	34.685
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.741.338	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.322.451	9.563.595	-

b. Composição de títulos e valores mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	12.021.981	10.575.488	12.056.219	10.617.863
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação	7.570	2.213	7.570	2.213
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	-	122.885	-	122.885
Total	12.029.551	10.700.586	12.063.789	10.742.961

No exercício não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias.
Em 31 de dezembro de 2017, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 3.463.729 (2016 - R\$ 2.976.306), sendo principalmente:
• R\$ 2.181.893 (2016 - R\$ 2.134.229) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito;
• R\$ 1.258.145 (2016 - R\$ 818.556) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2017	2016	2016
Rendas com títulos de renda fixa	469.467	1.082.489	1.281.540	1.287.708
Rendas de aplicações de fundos de investimentos	2.471	5.338	5.536	5.836
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	3	3	-	-
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	614.931	1.240.753	974.228	974.228
Despesas com títulos e valores mobiliários	(1.141)	(3.422)	(3.279)	(3.279)
Total	1.085.731	2.325.161	2.258.025	2.264.493

8. Operações de crédito, repasses interfinanceiros e outros créditos com características de concessão de crédito

a. Composição da carteira de operações de crédito, repasses interfinanceiros e outros créditos com características de concessão de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO								2017		2016	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016	
Repasses interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.754.518	6.930.961	
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940.295	787.227	
Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	603.642	623.614	
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.779.112	1.517.305	
Financiamentos imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.039	387	
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.443.943	1.682.098	
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.527.549	11.541.592	
(-) Provisão para perdas em repasses Interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.533)	(6.322)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(34.822)	(30.143)	
(-) Provisão para outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.756)	(10.461)	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.466.438	11.494.666	
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.540.280	7.930.477	
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.926.158	3.564.189	

Para melhor adequação contábil, em 31/07/2017 as Operações de Repasse de Crédito Rural foram reclassificadas para o grupo Repasse Interfinanceiro.

O aumento incorrido nas operações de crédito e em outros créditos com características de concessão de crédito no exercício decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco

Operações de Crédito	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	940.295	787.227
Financiamentos	8.401	814.205	72.140	34.127	4.056	1.036	806	480	5.044	940.295	787.227
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	274.112	230.488	85.669	7.871	3.472	308	244	1.478	603.642	623.614
Financiamentos rurais e agroindustriais	151	1.530.444	199.002	41.562	4.265	3.251	175	149	113	1.779.112	1.517.305
Repasses interfinanceiros	4.856.233	1.673.360	179.636	45.123	166	-	-	-	-	6.754.518	6.930.961
Financiamentos imobiliários	-	5.503									

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2017		2016		2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	313.850	313.850	297.882	297.882	335.251	335.251	311.084	311.084
Resultado de participações em controladas	(30.929)	(30.929)	(13.970)	(13.970)	(4.932)	(4.932)	(281)	(281)
Participação de empregados nos lucros	(8.922)	(8.922)	(8.621)	(8.620)	(9.135)	(9.135)	(8.830)	(8.830)
Base de cálculo	273.999	273.999	275.291	275.291	321.184	321.184	301.973	301.973
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	20%	25%	20%/9%	25%	20%/9%
	68.500	54.800	68.823	55.058	80.296	60.939	75.493	59.375
Efeito tributário sobre diferenças temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.583	2.867	1.205	964	3.583	2.867	1.205	964
Provisões Passivos Contingentes	428	342	(3)	(3)	422	341	(23)	(10)
Demais provisões	21.782	17.426	1.318	1.054	22.779	17.791	1.345	1.076
	25.793	20.635	2.520	2.015	26.784	20.999	2.527	2.030
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	3.168	2.553	1.391	1.157	3.366	2.759	1.697	1.452
Patrocínios	(2.181)	-	(1.395)	-	(2.180)	-	(1.395)	-
PAT	(657)	-	(558)	-	(813)	-	(697)	-
Vale Cultura	-	-	(122)	-	-	-	(121)	-
Prorrogação Licença	(213)	-	(149)	-	(237)	-	(174)	-
Maternidade/Paternidade	(3.051)	-	(2.075)	-	(3.230)	-	(2.213)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	94.410	77.988	70.510	58.230	107.214	84.697	77.328	62.857
Imposto de renda e contribuição social – exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	5	1
Total	94.410	77.988	70.510	58.230	107.214	84.697	77.333	62.858

10. Participações em empresas controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas". Para as demonstrações financeiras consolidadas, exceto as controladas em conjunto, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Discriminação	Data Base	Capital social realizado	Patri-mônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Participação %	Quantidade de quotas	Resultado de equivalência	Ágio em Investimentos	Banco		Consolidado				
									2017	2016	2017	2016			
Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	31/12/2017	2.170	4.996	2.655	99,9994	2.000.000	1.290	2.655	1.166	-	5.061	4.263	-		
Cabal Brasil Ltda. (b)	31/12/2017	29.666	36.174	6.508	80	29.666.159	2.438	5.206	6.354	7.458	9.345	36.397	33.078	7.458	9.345
Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (c)	31/12/2017	6.191	35.354	18.536	99,99	6.191.000	14.335	18.534	5.558	-	35.351	16.817	-	-	-
Bancoob Participações em Seguridade S.A. (d)	31/12/2017	20.000	25.426	4.534	100	20.000.000	3.957	4.534	892	-	25.426	20.892	24.814	20.281	-
Total							22.020	30.929	13.970	7.458	9.345	102.235	75.050	32.272	29.626

(a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 19.457.638 (2016 - R\$ 14.805.650).

(b) Operadora de cartões de crédito Mastercard, Visa e Cabal.

(c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios nos ramos de veículos leves, imóveis e serviços, atualmente possui mais de 77 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 5,5 bilhões.

(d) Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob PAR Seguridade, que visa suportar a participação societária em uma Companhia Seguradora.

11. Imobilizado

	BANCO					CONSOLIDADO	
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.010	43.967	3.000	855	470	51.302	54.546
Aquisição	-	-	234	429	57	720	5.995
Alienação	-	-	(90)	(5)	(75)	(170)	(172)
Depreciação	-	(2.486)	(635)	(325)	(107)	(3.553)	(4.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.010	41.481	2.509	954	345	48.299	52.758
Custo total	3.010	52.904	6.984	7.777	708	71.383	81.075
Depreciação acumulada	-	(11.423)	(4.475)	(6.823)	(363)	(23.084)	(28.317)
Valor residual	3.010	41.481	2.509	954	345	48.299	52.758
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.010	41.481	2.509	954	345	48.299	52.758
Aquisição	-	19.678	800	14.692	163	35.333	45.936
Alienação	-	-	-	-	(22)	(22)	(39)
Depreciação	-	(2.794)	(625)	(885)	(101)	(4.405)	(6.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.010	58.365	2.684	14.761	385	79.205	92.515
Custo total	3.010	72.582	7.784	22.470	777	106.623	126.904
Depreciação acumulada	-	(14.217)	(5.100)	(7.709)	(392)	(27.418)	(34.389)
Valor residual	3.010	58.365	2.684	14.761	385	79.205	92.515
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

12. Intangível - Softwares

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.056	2.056	3.699	3.699
Aquisição	-	-	-	-
Amortização	(700)	(700)	(1.435)	(1.435)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.358	3.358	6.828	6.828
Custo total	9.043	9.043	16.934	16.934
Amortização acumulada	(5.685)	(5.685)	(10.106)	(10.106)
Valor residual	3.358	3.358	6.828	6.828
Aquisição	757	757	5.732	5.732
Alienação	(194)	(194)	(194)	(194)
Amortização	(1.012)	(1.012)	(2.454)	(2.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.909	2.909	9.912	9.912
Custo total	9.180	9.180	22.046	22.046
Amortização acumulada	(6.271)	(6.271)	(12.134)	(12.134)
Valor residual	2.909	2.909	9.912	9.912
Taxas anuais de amortização - %	20%	20%		

13. Depósitos

a. Composição de depósitos

	BANCO						CONSOLIDADO		
	2017		2016		2017		2016		
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	
Depósitos à vista	46.337	-	-	-	-	46.337	25.361	40.008	22.623
Depósitos de poupança	3.891.630	-	-	-	-	3.891.630	3.166.740	3.891.630	3.166.740
Depósitos interfinanceiros	-	2.384.149	3.822.945	2.759.001	11.870.328	2.356.120	23.192.543	19.203.152	23.192.543
Depósitos interfinanceiros rurais	-	66.295	420.039	1.510.124	1.379.340	50.600	3.426.398	3.056.738	3.426.398
Depósitos a prazo	-	12.668	1.821	2.764	19.817	376.113	413.183	310.480	326.561
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	25.096
Total	3.937.967	2.463.112	4.244.805	4.271.889	13.269.485	2.822.833	30.970.091	25.762.471	30.902.236
- Circulante	-	-	-	-	-	-	28.187.258	23.605.970	28.198.428
- Não circulante	-	-	-	-	-	-	2.782.833	2.156.501	2.703.808

b. Despesas com operações de captações no mercado

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos de poupança	100.050	208.094	220.405	208.094
Depósitos interfinanceiros	1.081.258	2.364.639	2.388.986	2.364.639
Depósitos a prazo	15.768	34.995	28.450	29.226
Captações no mercado aberto	82.754	156.773	151.926	156.773
Outras despesas de captação	17.526	36.708	14.649	36.708
Total	1.297.356	2.801.209	2.804.416	2.795.440

A variação verificada nos depósitos de poupança e interfinanceiros atende ao aumento na procura por esses produtos financeiros pelos participantes do SICOOB.

14. Obrigações por operações compromissadas

Maturidade

	BANCO E CONSOLIDADO				
	2017				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano
Próprio	-	606.827	3.861	3.576	614.264
Terceiros	1.513.213	534.927	-	-	2.048.140
Total	1.513.213	1.141.754	3.861	3.576	2.662.404
- Circulante	-	-	-	-	2.662.404
- Não Circulante	-	-	-	-	1.343.538

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

	BANCO E CONSOLIDADO				
	2017				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano
LCA – PÓS	58.240	84.546	97.372	96.912	683
Total	58.240	84.546	97.372	96.912	683
Circulante	-	-	-	-	337.070
Não Circulante	-	-	-	-	683

16. Obrigações por repasses do País

a. Composição das obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimentos até 2030 e encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

	BANCO E CONSOLIDADO					
	2017		2016		2015	
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos
BACEN MCR 6-2 e 6-7(a)	-	-	479.438	-	-	-
Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
BNDES	-	73.362	196.633	453.457	325.942	383.189
Banco do Brasil/FCO	-	1.853	11.410	21.461	15.194	4.640
Finame	-	29.979	123.782	250.405	180.219	102.383
Funcafé	-	123.754	151.840	85.694	2.736	-
Total	-	228.948	963.103	811.017	524.091	490.212
- Circulante	-	-	-	-	-	1.192.051
- Não circulante	-	-	-	-	-	1.825.320

(a) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural – MCR 6-2 e MCR 6-7.

b. Despesas com obrigações por repasses do País

	BANCO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2017	2017	2016
Tesouro Nacional	1	1	3
BNDES	28.295	53.125	44.055
FINAME	10.145	18.357	13.207
Banco do Brasil - FCO	1.115	2.184	1.635
Outras Instituições - Funcafé	6.752	12.152	13.828
Total	46.308	85.819	72.728

17. Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudence dos tribunais superiores. O reconhecimento, a mensuração e

a.2 Passivas

Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação (a)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
2.260.248	12.036	2.260.254	12.036	
- Compensação de cheques e documentos	24.940	12.036	24.940	12.036
- Transações de Pagamento	2.235.308	-	2.235.314	-
Total	2.260.248	12.036	2.260.254	12.036

(a) O aumento em obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação, refere-se ao saldo de transações de pagamento em atendimento à Carta Circular nº 3.828 de 19 de junho de 2017 do BACEN.

b. Composição de outros créditos - Diversos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos em garantia (Nota 17 a)	1.540	1.079	1.658	1.134
Créditos tributários (Nota 9 a)	74.024	36.140	74.256	36.343
Valores a receber de cooperativas (a)	7.731	6.012	7.731	6.012
Tributos a compensar	88.648	62.177	107.097	72.602
Títulos e créditos a receber	8.049	4.227	7.869	4.227
Adiantamentos e antecipações salariais	4.141	3.713	4.291	3.912
Pagamentos a ressarcir (b)	62.888	51.035	63.918	51.853
Valores a receber relativo a transações de pagamento (c)	2.443.943	3.671.409	2.443.943	3.671.409
Outros	71.108	27.933	72.334	29.721
Total	2.762.072	3.863.725	2.783.097	3.877.213
- Circulante	2.696.985	3.836.118	2.717.310	3.848.905
- Não circulante	65.087	27.607	65.787	28.308

(a) Refere-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação, que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.

(b) Refere-se ao abastecimento dos quiosques do Banco 24 Horas.

(c) Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões. Os valores apresentados estão líquidos de provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, vide nota 8.

c. Outros Valores e Bens

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Outros valores e bens	2.621	492	2.621	492
Despesas antecipadas(a)	36.295	32.290	36.920	32.768
Total	38.916	32.782	39.541	33.260
- Circulante	38.916	32.782	39.541	33.260
- Não circulante	-	-	-	-

(a) Refere-se, principalmente, à apropriação da comissão de operações de crédito.

d. Relações Interdependências

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Concessionárias de serviços públicos	11.593	5.937
Outros Convênios	933	262
Total	12.526	6.199
- Circulante	12.526	6.199
- Não circulante	-	-

Refere-se à arrecadação relativa a diversos convênios.

e. Fiscais e previdenciárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para imposto de renda	94.410	70.510	107.112	77.119
Provisão para contribuição social	77.988	58.230	84.697	62.776
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	2.644	1.812	2.836	1.894
Tributos e contribuições sobre salários	3.333	3.039	4.772	4.207
Tributos e contribuições diferidos (Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários) (Nota 18 e)	2.754	2.017	2.754	2.017
Provisão para riscos fiscais (Nota 17 a)	-	82	-	83
Outros tributos a recolher	20.302	7.723	22.192	8.863
Total	201.431	143.413	224.363	156.959
- Circulante	201.431	143.327	224.322	156.723
- Não circulante	-	86	41	236

f. Composição de outras obrigações – Diversas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para pagamento de despesas administrativas	58.622	46.521	62.469	91.845
Tarifas interbancárias a repassar	9.867	1.687	9.867	1.687
Obrigações de cartão de crédito (a)	145.276	1.646.592	145.276	1.646.592
Provisão <i>Del Credere</i> (b)	24.294	18.025	24.294	18.025
Obrigações com convênios oficiais – INSS	32.069	28.369	32.069	28.369
Valores a pagar arrecadação	10.196	9.499	10.195	9.499
Valores a repassar do BNDES	96	11	96	11
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	5.151	4.831
Obrigações por transações de pagamento (d)	2.244.363	1.406.468	2.283.364	1.406.468
Outras	101.657	3.206	136.771	7.853
Total	2.626.440	3.160.378	2.709.352	3.215.180
- Circulante	2.622.363	3.158.077	2.705.171	3.212.738
- Não circulante	4.077	2.301	4.181	2.442

(a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

A redução dos saldos se comparado à 2016, é virtude do atendimento à Carta Circular nº 3.828 de 19 de junho de 2017 do BACEN, onde saldos antes classificados no grupo de Outras Obrigações-Diversos passaram a ser classificados no grupo de Relações Interfinanceiras.

(b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

(d) Refere-se, principalmente, a valores a pagar referentes à Operação de Adquirência. O aumento incorrido é em virtude do volume de transações relativo à aquisição.

g. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Convênio Sicoob	6.579	12.530	13.707	12.530
Rendas de serviços bancários (a)	18.417	35.512	32.386	35.512
Rendas de serviços prestados de fundos	1.397	2.749	2.484	2.749
Rendas de administração de fundos	-	-	5.210	7.873
Rendas de administração de Consórcio	-	-	73.568	43.435
Rendas por serviços de pagamentos (b)	219.367	408.859	293.017	446.731
Rendas por antecipações de Obrigações de transações de pagto	157.291	157.291	-	157.297
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	23.751	50.402	42.528	50.402
Rendas de tarifas bancárias	31	61	77	61
Rendas com serviços de adquirência	10.661	10.661	16.818	14.418
Outras receitas diversas	22.080	44.150	24.259	55.558
Total	459.574	722.215	854.036	492.544

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.

(b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

h. Despesas de pessoal

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Honorários pagos a diretores e conselheiros	4.133	7.523	6.485	11.686
Proventos (a)	26.911	51.593	48.744	69.309
Encargos sociais (b)	12.082	23.198	20.844	26.771
Benefícios (c)	7.817	14.969	13.267	24.631
Treinamentos	1.080	1.674	916	1.958
Remuneração a estagiários	326	662	483	1.066
Total	52.349	99.619	90.739	121.359

(a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a empregados.

i. Despesas administrativas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Despesas de água, energia e gás	11	23	66	452
Despesas de comunicação	10.204	20.301	15.867	26.997
Despesas com manutenção e conservação	130	194	235	677
Despesas de material	254	5.297	7.424	5.654
Despesas de processamento de dados	31.668	62.438	55.932	63.936
Despesas com propaganda e publicidade	17.649	23.572	10.245	8.762
Despesas com serviços do sistema financeiro	21.083	68.520	75.558	68.893
Despesas de serviços de terceiros	14.018	37.597	42.752	45.515
Despesas de serviços técnicos especializados	8.761	17.911	15.360	18.264
Despesas e depreciação e amortização	3.151	5.417	4.254	8.594
Despesas com viagens	1.860	3.552	2.678	4.053
Outras despesas administrativas	3.768	7.166	6.589	27.065
Total	112.557	251.988	278.862	279.760

j. Composição de outras receitas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.357	16.043	4.300	16.043
Receitas de cartões de crédito (a)	36.263	73.874	62.569	74.499
Adquirência	62.536	219.482	183.577	219.482
Outras	5.505	6.520	2.562	10.409
Total	106.661	315.919	253.009	320.433

(a) A fim de compor o total de receitas com cartão de crédito, considerar também, a nota 20g.

k. Composição de outras despesas operacionais

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Despesas com administração de cartões de crédito (a)	238.401	334.565	150.926	334.550
Atualização de créditos do INSS (b)	802	1.901	2.081	1.901
Despesas com tarifas de arrecadação	16.447	33.564	29.141	33.564
Comissão sobre operações de crédito (c)	54.524	98.519	74.204	98.519
Adquirência (d)	108.815	182.589	64.459	182.589
Outras	8.713	22.466	12.972	34.195
Total	427.702	673.604	333.783	685.318

(a) O aumento do saldo se comparado à 2016, é virtude do atendimento à Carta Circular nº 3.828 de 19 de junho de 2017 do BACEN, onde definiu-se contas específicas para registro de despesas com cartões de crédito, além do aumento do volume financeiro.

(b) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

(c) Refere-se às comissões pagas para as cooperativas pela comercialização dos créditos consignados tradicional e INSS.

(d) Refere-se, principalmente, a comissões repassadas para as cooperativas de crédito relativo ao credenciamento de novos estabelecimentos, onde o aumento deve-se ao crescimento da base.

I. Resultado não operacional

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2017	2016	2017	2016
Receita não operacional	167	1.203	3.042	1.215
Despesa não operacional	194	194	163	207
Amortização ágio Consórcio Ponta	884	1.887	2.303	1.887
Total	911	879	576	582

21. Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Ativo	8.588.712	7.048.043	8.588.712	7.048.043
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.548.328	7.015.352	-	-
Valores a receber	7.742	5.654	-	-
Despesas antecipadas – Comissão credconsignado	32.642	27.037	-	-
Passivo	24.359.561	19.701.202	24.359.561	19.701.202
Depósitos à vista	11.164	7.226	-	-
Depósitos interfinanceiros	23.074.225	18.956.713	-	-
Depósitos a prazo	86.622	89.550	-	-
Operações compromissadas – carteira de terceiros	1.149.191	621.403	-	-
Comissões a pagar – Credconsignado	1.862	1.600	-	-
Comissões a pagar – Crédito rural	5.619	-	-	-
Valores a pagar - <i>Del Credere</i> (Nota 20f)	24.294	18.014	-	-
Valores a pagar – Tarifas de recebimentos de convênios	6.569	6.696	-	-
Outras provisões	15	-	-	-
Receitas	785.841	688.123	785.841	688.123
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	624.262	509.453	-	-
Receitas de prestação de serviços	157.291	177.129	-	-
Outras receitas operacionais	4.288	1.541	-	-
Despesas	2.432.267	2.467.251	2.432.267	2.467.251
Captação	2.169.656	2.270.162	-	-
Outras despesas Operacionais	262.611	197.089	-	-

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Passivo	4.271	3.801						

condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade.

Os sistemas, modelos e procedimentos são avaliados periodicamente pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

24. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2017

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias internas e externas.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 2º semestre de 2017, 6 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacional e socioambiental; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 2º semestre de 2017 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2017.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2017 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 15 de fevereiro de 2018.

Rubens Rodrigues Filho Coordenador	Marco Aurélio B. de Almada Abreu	Marcos Vinicius Viana Borges
---------------------------------------	----------------------------------	------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2016 e 2017, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas.

Brasília – DF, 20 de fevereiro de 2018.

Garibaldi Mortoza Junior Conselheiro Presidente	Fábio Henrique Granja e Barros Conselheiro Secretário	
Clodoaldo Palú Conselheiro Efetivo	Edemar Fronchetti Conselheiro Efetivo	Gilberto Alves Moraes Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- . Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - . Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
 - . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - . Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - . Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5
--	---



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho
José Salvino de Menezes - Vice-Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Neilson Santos Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-Presidente
Énio Meinen - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2 S - DF